



3M¹S

Moção de Estratégia Global ao 26º Congresso do CDS-PP

Primeiro Subscritor: Filipe Anacoreta Correia

- 26 de Fevereiro de 2016 -

26^o
CONGRESSO



1. INTRODUÇÃO: PARA UMA NOVA MAIORIA

Se 2015 abriu um novo ciclo político em Portugal, em 2016 esse ciclo pode assumir o rosto do CDS.

A abrir o ano, as eleições presidenciais indicaram o rumo: não, este não é o tempo do radicalismo, de quem põe ideologias irrealistas e promessas vãs acima de Portugal. Também não é o tempo da partidocracia, de quem se julga dono dos votos dos portugueses. Nesse sentido, a vitória de Marcelo Rebelo de Sousa é pessoal e não endossável.

Mais do que nunca, os portugueses sentem-se desvinculados de ponderações do passado e afirmam-se, aqui como na Europa, livres para escolher aquilo que consideram melhor. Querem escolher como seus representantes quem, com sentido de responsabilidade e adesão à realidade, exiba sensibilidade e maturidade para enfrentar as encruzilhadas do nosso momento histórico.

No CDS, será o tempo de afirmação de uma nova liderança. O tempo da mudança evolutiva, sem revoluções nem rupturas artificiais. O tempo das pessoas e das equipas, mais do que dos seguidismos e quaisquer outros “ismos”. O tempo das propostas sólidas, da consistência das ideias, da coerência dos valores e dos princípios. Acreditamos que o CDS crescerá e terá, pela primeira vez na sua história, condições para aspirar a ter um(a) Primeiro(a)-Ministro(a) de Portugal que, com sentido de compromisso, encontre apoio parlamentar para uma política nova e aberta e por isso mesmo com futuro.

O novo ciclo é o ciclo do CDS. Um ciclo de pelo menos 10 anos, em que voltaremos ao Governo, com uma nova maioria, em condições de estabilidade.



2. PARTE I: MEMÓRIA

É comum dizer-se que a maturidade se atinge aos quarenta. Pois bem, o CDS é hoje um Partido maduro.

Aprendemos com os erros e alimentamo-nos da força de uma herança que nos constituiu e é maior do que todas as crises.

Somos hoje **um Partido com memória**, orgulhamo-nos da nossa história.

Nascemos na violência de um cerco que nos ameaçou, mas que não nos dobrou. Votámos contra a Constituição de 1976 porque sabíamos que o caminho do socialismo era – e continua a ser – errado. Essa coragem de saber dizer “Não”, estribada nos princípios e valores democráticos e humanistas historicamente partilhados pela maioria dos portugueses, colocou-nos definitivamente no rumo certo de Portugal.

Afirmámo-nos sob o mote da alternativa (“Alternativa 76”), e foi nesse momento que conseguimos a melhor votação até hoje alcançada.

Fomos sempre defensores da iniciativa privada; soubemos protagonizar o maior movimento liberal português.

Mas esse campo impeliu-nos também, simultaneamente, a projectar desde o início um discurso social. Quando tivemos responsabilidades governativas, soubemos, por exp., promover a actualização das pensões mais baixas e apostar na eficiência do sector social.

O nosso desígnio consiste em conciliar a urgência do reformismo e de combate a um socialismo impregnado, mas falido, com uma visão de crescimento económico e social sustentados, de promoção do mérito e da justiça e de combate à pobreza.

Neste momento, em que concluímos um mandato de Legislatura com responsabilidades governativas, não podemos deixar de olhar para trás e de fazer um exercício sério de distanciamento crítico.

Quando foi tão difícil impedir o desaire da falência total e da irresponsabilidade sem limites, quando foi tão duro e árduo manter a rota certa, é natural que tenhamos orgulho.

Quando se ganham eleições, quando se afirmam estratégias vencedoras, é natural que tenhamos mais convencimento do que arrependimento.

Quando, depois de nós, vemos tamanho disparate e distrate, é natural que não queiramos perder muito tempo a olhar para trás em contrições estéreis.

Mas, em diversos momentos e a propósito de diferentes dossiers, o CDS tem de ter essa capacidade: de reconhecer com orgulho o seu legado; de aceitar com responsabilidade que



nem sempre estivemos bem. Só assim poderemos enfrentar, livres e descomprometidos, os eleitores. E é a pensar nos portugueses que temos de reforçar a exigência.

Se, no essencial, **afirmamos o mérito do percurso passado** – devolver aos portugueses o País sem troika, reconquistar a confiança internacional, credibilizar e sustentar contas públicas – não podemos deixar de reconhecer que podíamos ter ido mais além.

Por isso, o CDS não tem como fugir a um **equilibrado sentido de autocrítica**, nomeadamente em áreas fundamentais que reclamavam maior exigência:

3. Ímpeto reformista no Estado e na segurança social

Na avaliação da Legislatura, fica um amargo de boca: tantas vezes desejámos uma **reforma do Estado** e, chegados ao Governo, não fomos capazes de a implementar com ambição e de acordo com as expectativas criadas. É certo que o ambiente cultural e institucional, nomeadamente ao nível do Tribunal Constitucional, não ajudou. Mas a verdade é que nunca fomos capazes de advogar politicamente o mérito do rumo que se impunha. **Não fomos suficientemente reformistas.** Continuamos com institutos a mais, com fundações públicas a mais, com municípios a necessitarem de ser repensados, com clientelas a mais. Muitos esperavam mais de nós e devemos reconhecer que também nós temos outra ambição. Também ao nível da segurança social - área em que protagonizamos o importante e meritório Programa de Emergência Social e promovemos uma importante política de subsidiariedade -, quanto à reforma do seu funcionamento e orientação ao utente, bem como ao nível da sua sustentabilidade financeira, dispusemo-nos a pouco. O CDS deve aspirar a mais.

4. O sector empresarial e financeiro: de crise em crise até à debandada geral

O Governo herdou uma situação catastrófica: o sobre-endividamento das grandes empresas e do sector bancário acarretou, com o súbito aumento dos juros, uma crise sem precedentes. No final da tempestade, **o panorama é desolador.** Portugal perdeu quase todas as grandes empresas de dimensão global. O sector financeiro nacional está fortemente ameaçado. A evolução da PT e do BES são casos paradigmáticos. A génese do problema é antiga, mas não podemos lavar as mãos desta realidade, nem assistir indiferentes ao declínio económico e financeiro do País.

5. Falta de sensibilidade e cumplicidade diante da atitude persecutória do Estado

Durante muito tempo assumimo-nos como o Partido do Contribuinte e posicionámo-nos como defensores dos particulares diante do Estado. Mas a verdade é que, chegados ao poder, pouca sensibilidade demonstrámos com a voragem confiscadora do Estado. É certo que travámos com mérito e distinção o grande combate à evasão fiscal, que deixou de ser social-



mente aceitável. Este foi um enorme serviço aos contribuintes que pagam impostos. Mas, por outro lado e em nome da eficiência fiscal e do aumento das receitas, **não promovemos as garantias dos contribuintes**, nomeadamente ao nível dos processos de contraordenação e das penhoras – indo ao ponto de, por pequenas dívidas de coimas, ameaçar a própria casa de família e o congelamento de contas bancárias muito para além do valor alegadamente em dívida – criando ademais um sistema de multiplicação de custos totalmente irrazoável para o contribuinte. Não podemos olhar para a frente sem reconhecer que podíamos e devíamos ter feito mais neste capítulo.

6. Colocações partidárias

O CDS afirmou-se a criticar o “centrão” e a prometer uma descolonização partidária. No entanto, quando chamado a governar, **não marcámos a diferença**. Não podemos avançar sem renovada ambição nesta matéria.



7. PARTE II. MUDANÇA

A saída de Paulo Portas abriu uma nova era no CDS e é hoje consensual que devemos aspirar a mais do que a um “portismo sem Portas”.

Todos reconhecemos entre nós que é preciso mais do que a mera continuidade. **É preciso mudar.** Reconhece-o até quem exhibe orgulho de ter pertencido a uma equipa vencedora liderada por Paulo Portas.

Não se pretende pôr em causa o crescimento alcançado, visível ao nível dos seus quadros dirigentes, das suas estruturas locais e nacionais, do respeito granjeado dentro e muito para além do Partido.

Todos sabemos como é difícil, senão mesmo impossível, manter o modelo que tivemos até aqui, desde logo porque tal modelo depende em grande parte, senão totalmente, do carisma e da capacidade singulares de Paulo Portas.

Por outro lado, da sociedade portuguesa chegam-nos sinais de saturação e de descrença em relação à política e à capacidade das instituições implementarem as reformas que se impõem. Sem um propósito de mudança profundo e determinado, não seremos capazes de reconquistar a confiança nem de protagonizar o novo ciclo.

Para que possamos afirmar um ciclo de mudança, temos de dar sinais fortes desse propósito, revendo práticas e demonstrando uma nova capacidade política.

Em nosso entender, isso passa nomeadamente pelos seguintes passos:

8. Convocatória

Um grande apelo de mudança faz-se com uma reconciliação profunda e ambiciosa com o passado. E faz-se também com um apelo alargado e aberto muito para além das fronteiras de um partido. Propomos que seja programada **uma grande Convenção Política** em 2016 ou início de 2017, que marque o reagrupamento (rassemblement) do Partido, chamando todos os que passaram pelo CDS, desde os ex-líderes a militantes anónimos, e todos aqueles que agora querem reforçar o nosso espaço, como militantes ou independentes.

Tal Convenção teria como pretexto a avaliação constitucional em vista da refundação positiva do nosso regime. 40 anos depois de termos tido a coragem de votar contra a Constituição, recusando o pensamento único e os enganos do marxismo, o CDS colocar-se-ia de novo do lado do futuro de Portugal.



9. O personalismo não é o culto da personalidade: da base para o topo, do local para o nacional

Deve haver uma aposta no crescimento da **implantação local do Partido** e na capacidade de dinamização da **filiação de base**. Ao nível autárquico, importa manter as Câmaras e demais Autarquias conquistadas, bem como desenvolver esforços para aumentar o seu número. Para tal impõe-se que o Partido seja actuante a nível local, fora dos períodos eleitorais, o que só será possível com novas dinâmicas que valorizem a militância de base. Em nossa opinião, é isso que pode dar vitórias eleitorais (como as que tivemos há três anos) e não o centrar das atenções exclusivamente em figuras nacionais e da Direcção do Partido, que acentuam um modelo excessivamente centralista que deve ser contrariado.

É importante que o Partido dê espaço e promova a aparição de personalidades de âmbito local, diferenciando também aqui os perfis marcadamente autárquicos dos que sabem e querem ter um posicionamento nacional. A quota da Direcção nacional nas escolhas de Deputado deve ser diminuída, nomeadamente nas circunscrições onde elegemos mais Deputados, pois o modelo actual compromete a capacidade de eleição de candidatos indicados localmente.

10. Mais institucionalidade e processos de amadurecimento partilhados

Demasiadas vezes fomos confrontados com notícias sobre o que viríamos a decidir mais tarde. Não ignoramos que o tempo actual da comunicação condiciona processos de decisão partilhados, mas não podemos ter a aspiração de crescimento se as pessoas não se sentirem parte dos nossos processos de decisão. Institucionalmente, temos pois de **reforçar as reuniões dos órgãos competentes** para valorizar o seu papel.

11. Solidez das propostas políticas

Deve combater-se a ideia de um Partido como uma montra sem loja, ou seja, de um Partido que tem um discurso rápido e mediaticamente impressionante, mas sem ser sustentado numa coerência de estudo e análise das propostas apresentadas. Para tal, é necessário haver uma **forte aposta no Gabinete de Estudos**, para que seja uma estrutura permanente e dinâmica e não uma fábrica de ideias para Programas Eleitorais. Defendemos que sejam criados sub-grupos de trabalho para áreas fora das bandeiras clássicas do CDS: Cultura, Ambiente e clima, Urbanismo, Apoio a pessoas com deficiência e suas famílias, Cidades Inteligentes, entre outras.

Deve, porém, ficar bem claro que o perfil e orientação do Gabinete de Estudos são políticos, ou seja, trabalham para informar a intervenção política, com contributos regulares sobre o que está em debate nacional. Neste sentido, importaria adoptar o **modelo do “Governo-sombra”**.

Deste modo, potenciaríamos politicamente o trabalho técnico do Gabinete de Estudos, ao



mesmo tempo que afirmáramos responsáveis por diferentes áreas, capazes de comentar as opções de Governo, apresentar alternativas e introduzir propostas na agenda nacional. A maior articulação entre conhecimento e intervenção política certamente contribuirá para a afirmação do CDS como alternativa credível no espectro partidário.

12. “Les uns et les autres”: contra o espírito segregacionista

Todos falamos em abrir o Partido para fora, mas não devemos também temer abrir cá dentro, porque se não abrimos cá dentro, não abrimos para fora coisa nenhuma. O Partido tem de ter a capacidade de **agregar dinamismos e visões plurais**, não temendo – antes encorajando – uma sã concorrência e capacidade de afirmação plural.

13. “Completamente Livre, completamente Solto”

Os jovens que gostam de política são fortemente constrangidos a não aderir às estruturas das jotas partidárias, que hoje gozam de má fama e de muito pouco prestígio. A isso se deve em grande parte aquilo que muitas vezes mais esperamos deles: cordeiros mansos no processo político, mobilização forte e animada em contexto eleitoral a troco da promessa de algum carreirismo de assessoria. Precisamos de encorajar o inconformismo são e de valorizar o seu contributo de ideias, de energia e de esperança.

Entendemos que deve haver um apoio forte do Partido às suas iniciativas, ao nível da formação e de um esforço que é muito necessário no sentido de promover a aproximação dos jovens à política. Há trabalho a desenvolver nas universidades e nas escolas, através dos media e das redes sociais, de eventos, etc.



14. PARTE III. MAIORIA

Reclamar um mandato – uma maioria – pressupõe colocarmo-nos ao lado dos portugueses.

Precisamos de responder aos anseios reais dos portugueses e temos de demonstrar combatividade naquilo que a todos ameaça.

Não concordamos com aqueles que acham que teremos os votos dos portugueses se formos apenas o melhor partido do centro-direita, num posicionamento demasiado ao centro e sem grande rasgo político.

Não, é preciso ter a noção de que se nos exige hoje um enorme **combate político a travar** diante de correntes populistas com visões desadequadas aos novos desafios do mundo moderno, de abordagens ideológicas que nos impedem de enfrentar a exigência do momento no mundo global em que vivemos. Uma esquerda que não percebeu que sem criarmos condições de competitividade – o que só é alcançável em ambiente concorrencial e aberto – não conseguiremos aspirar a um aumento de rendimento dos portugueses. E que, sem a criação de riqueza, é todo o Estado social que fica ameaçado. Temos, pois, de travar um duro debate contra o populismo, diante daqueles que dizem mover-se por solidariedade, mas que, com as suas promessas vãs e inconsistentes, apenas deixam os portugueses solitários, ameaçados e vulneráveis diante de uma mais que provável crise financeira.

Para ganharmos as próximas eleições, temos de ser melhores, sim, mas temos de ser sobretudo diferentes dos outros partidos. **Não basta ser melhor, é preciso ser diferente.**

15. A fasquia alta da exigência

O CDS surgiu como um Partido de quadros para se tornar num Partido popular. Esse foco na representatividade de base simples e popular não lhe pode retirar a consistência técnica, doutrinária e política de outros tempos.

Somos percepcionados como sendo os melhores na Assembleia da República. Temos capacidade política de intervenção mediática como poucos. Para muitos, somos já os melhores nessas dimensões. E devemos também sê-lo na capacidade de reunir competências técnicas e na estruturação de pensamento político.

Devemos, pois, aprofundar o esforço para sermos reconhecidos como a melhor opção dos eleitores que querem viver melhor em Portugal.

16. Uma atenção centrada em quem mais precisa

Há quem considere que tem o monopólio da preocupação social e há também quem considere que as políticas sociais são necessariamente de esquerda.



No entanto, não nos enganemos: falar dos pobres para ganhar votos não é a mesma coisa do que promover a riqueza e contribuir para a diminuição da pobreza. Tantas vezes ao longo da história, em nome dos pobres, se criou tanta desgraça e sofrimento (veja-se ainda recentemente o que se passou na Grécia).

No CDS não temos dúvidas nenhuma: no final do dia, o que importa na avaliação de tudo o que fazemos é saber se contribuímos para a diminuição do desemprego, para arrancar mais pessoas ao sofrimento e à vulnerabilidade.

Mas isso não se faz com sentimentalismos, faz-se com a implementação de políticas eficazes, faz-se confiando primordialmente em quem está no terreno, com políticas de proximidade, e faz-se numa avaliação constante e revisão exigente de procedimentos e entraves que têm um impacto forte na vida das pessoas (como por exemplo no domínio das crianças institucionalizadas ou do envelhecimento solitário). Não ignoramos igualmente que a família continua a ser a rede mais forte e estruturada de apoio a quem está em dificuldade e é também por isso que percebemos e valorizamos a sua importância.

É este esforço e empenho que dá primordialmente sentido ao nosso propósito de afirmação política.

17. A aspiração a contas consolidadas, ao aumento da competitividade, a um rendimento ligado à produtividade, não é uma abordagem ideológica – ideológico é não enfrentar a realidade

O Governo da coligação viveu tempos especialmente exigentes, obrigado a corrigir um desvio orçamental grave, lidando com uma dívida pública muito acima do recomendado e privado da sua plena autonomia por via da sujeição a um Programa de Assistência Económica e Financeira.

Importa que o esforço realizado não se esboroe nem se dilua em fantasias ideológicas nem derivas populistas. A clara e imediata denúncia destas “tentativas” deve ser um ponto primordial. Não basta denunciar as incoerências dos nossos adversários. É preciso **acentuar os erros das suas políticas**.

Sem embargo, o papel do CDS deve ser construtivo. Relembramos a máxima já aplicada: “a cada crítica feita, uma solução apresentada”. É aqui, neste compromisso com a realidade, que o CDS se deve afirmar melhor.

18. Economia e Emprego

É diante da capacidade económica e de criação de emprego que afirmaremos a nossa capacidade de superar as dificuldades. Assiste-se hoje a uma falsa dicotomia entre políticas favoráveis às pessoas (que o actual Governo protagonizaria) e a protecção das empresas (de



que somos “acusados”).

É totalmente falsa esta abordagem e representa uma séria ameaça ao interesse dos portugueses. Sem empresas fortes e sem capacidade de gerar riqueza, não criamos empregos nem sequer temos condições para financiar um Estado social.

É, pois, necessário combater este populismo e esta retórica enganadora e, sobretudo, demonstrar que o caminho é inverso, no sentido de dotarmos a nossa economia de condições de competitividade e de atracção de investimento. Para tanto, importa afirmar um contexto livre e concorrencial, retomar a previsibilidade fiscal, a sinalização do abaixamento de impostos para as empresas e para o investimento, em suma a **afirmação do País como amigo do investimento, acolhedor e facilitador da nova economia e da criação de emprego.**

Este enfoque não prejudica antes potencia outras preocupações, nomeadamente ao nível da **coesão territorial** e da criação de emprego em zonas mais desprotegidas ou em sectores estratégicos. Deve promover-se a discriminação positiva dos investimentos que criam emprego, nomeadamente no interior, na agricultura e na indústria. E na contratação pública pela administração central ou local devem criar-se factores discriminatórios positivos ligados ao emprego e dinamização da economia no território nacional.

19. Por um ressurgimento do sistema financeiro nacional

O estado em que se encontra a banca nacional é desolador. Depois das nacionalizações marxistas que dizimaram toda a banca nacional em 1975, demorámos décadas a erigir de novo uma estrutura bancária privada, que parecia forte, ética e credível. Hoje, tudo isso desapareceu. A ausência de um sistema financeiro privado forte e sustentado nacionalmente não pode deixar de nos preocupar. Não podemos assistir impávidos a esta realidade que tem fortes consequências na vitalidade económica. Neste contexto, importa que o CDS tenha uma clarividência assente nos seguintes objectivos:

- i. **O Estado deve circunscrever a sua pertença no mercado bancário à Caixa Geral de Depósitos que não deve ser privatizada.** É certo que esta instituição tem um histórico pouco recomendável, nomeadamente pela sua utilização para fins políticos como os que sucederam na era de Sócrates. Deve promover-se uma maior transparência de modo a impedir ou dificultar abusos (por exp., assegurar que os grandes contratos de financiamento são susceptíveis de divulgação pública);
- ii. Deve promover-se politicamente a **diversidade dos investimentos na banca portuguesa** no quadro legal. Seria muito negativo que grande parte do sistema financeiro nacional ficasse dependente por exemplo da economia ou banca espanhola;



- iii. Criação de estímulos para que o sistema financeiro nacional albergue o **surgimento de pequenos bancos nacionais** – bancos de proximidade local ou os chamados bancos de comunidade (cooperativos e privados) – que, à semelhança do que se passa noutros países da Zona Euro, não estejam sujeitos à supervisão do Banco Central Europeu, sem prejuízo de garantirem condições seguras do exercício da actividade;
- iv. Impõe-se também um esforço de reavaliação da regulação bancária, sem deixar de afirmar a sua independência e autonomia. Face à evolução dos últimos anos, não podemos deixar de encarar a necessidade de repensar os instrumentos de controlo e de supervisão, sejam internos sejam externos às próprias entidades bancárias.

20. Prioridade à retoma de quem trabalha (as classes médias)

As classes médias foram especialmente penalizadas nos anos da crise, fruto do aprofundamento da perda de acesso a bens e serviços públicos que eram praticamente gratuitos (saúde, ensino superior), a prestações sociais (abonos de família, valor no subsídio de desemprego), e ao enorme aumento da pressão fiscal (sobretaxa). Assim, depois de ter conhecido momentos de expansão em termos do seu rendimento, o declínio dos últimos anos é uma realidade inelutável.

É incontestável que o peso, dimensão e contornos da classe média, e sua resiliência, exprimem o padrão de desenvolvimento em que uma sociedade se encontra, constituem uma almofada de amortecimento das tensões sociais, um indutor da iniciativa e do dinamismo social e económico.

Importa, pois, inverter de forma firme a tendência verificada nos últimos anos. As diferentes qualificações profissionais, experiências, disponibilidades e empenho podem e devem encontrar espaço de progresso na economia portuguesa.

O CDS tem, pois, de procurar condições que permitam a retoma da classe média. Sinalizamos algumas medidas que, neste âmbito, devem ser ponderadas:

- i. reforma fiscal que promova a **diminuição gradual da tributação do rendimento e sua compensação em impostos indirectos sobre o consumo**;
- ii. aposta num **sistema educativo exigente**, assente no princípio da liberdade de escolha no ensino, que privilegie o espírito crítico e a autonomia, sem receios do escrutínio e exame de alunos e professores;
- iii. incentivos à **poupança das famílias**.



21. O sistema eleitoral não é inamovível

A nossa vida em sociedade passa actualmente por uma grande descrença em relação às instituições políticas. Os partidos são apontados como um entrave à afirmação da cidadania quando surgiram, precisamente, para serem expressão desta.

Neste sentido, também o CDS não pode deixar de estar à frente na apresentação de soluções, sob pena de ficar arredado da reforma que mais cedo ou mais tarde acabará por vingar.

As nossas propostas têm de assentar no **reforço da proporcionalidade** – o que é alcançado através de um círculo nacional de compensação – e de uma real **aproximação de eleitos e eleitores** – por exp., através do sistema de voto preferencial, ou seja, aquele em que os eleitores votam não só no Partido, mas também no candidato da sua preferência desse partido.

O **voto em branco** deve igualmente ser considerado. E pode sê-lo de duas formas: ou através da determinação do número de mandatos eleitos no círculo nacional de compensação ou como critério de ponderação para o cálculo das subvenções aos partidos. Qualquer uma destas medidas promoveria o combate ao abstencionismo, por um lado, e, por outro lado, uma pressão/encorajamento aos partidos para conquistarem votos aos cidadãos descontentes.

Ao nível interno, devemos estar preparados para uma tendência crescente de maiorias relativas, com mais alianças e coligações para formação de governos. Esta circunstância representa uma ameaça à estabilidade governativa. Neste contexto, propomos que quaisquer **acordos de coligação**, mesmo que posteriores a actos eleitorais, sejam **sufragados** numa base alargada de militantes, necessariamente **em Congresso ou através de referendo interno**. Para o efeito, devemos implementar um regulamento de referendos internos que agilize esse procedimento. Com uma base alargada de apoio serão reforçadas as garantias de estabilidade.

22. A Europa não pode ser um bode expiatório: a globalização está aí e nós estamos envelhecidos e demasiado instalados para enfrentar os seus desafios

No contexto da actual crise, é comum os governantes desculparem-se, endossando a responsabilidade da nossa situação às entropias do projecto da Zona Euro. Esta opção está a desgastar fortemente a Europa e a comprometer a sua capacidade de afirmação diante dos cidadãos eleitores.

O CDS deve seguir outro caminho. Sem prejuízo de reclamarmos mudanças no seio da União Europeia, temos bem a noção que grande parte dos desafios que enfrentamos têm outras origens: a globalização e o envelhecimento da nossa população.

A globalização exige economias mais competitivas e dinâmicas, capazes de se adaptarem às demandas doutras geografias e tradições emergentes. Veja-se a este propósito como o Reino Unido, que não está na Zona Euro, foi dos países que mais soube repensar-se, através de um plano exigente e austero, diante dos desafios que sabia ter de enfrentar.



Enquanto não **colocarmos a exigência ao nível do melhor que se está a passar no mundo**, estaremos a comprometer a capacidade de afirmação soberana no mundo de hoje. Também aqui o CDS tem de ser mais audaz e exigente.

Sem embargo disso, não podemos também deixar de pensar os desafios que a globalização acarreta, como seja a afirmação de uma ordem desestruturada e sem regulamentação que nos coloca à mercê de qualquer poder económico, sem referência ética ou valorativa.

23. O combate à corrupção e a luta pela transparência é de todos

O declínio das instituições políticas ameaça arrastar consigo o regime inteiro. É necessário, pois, manter acesa a chama do combate pela credibilização das instâncias públicas e pelo prestígio do serviço público desinteressado.

Neste âmbito, devem intensificar-se os meios para a investigação, promover-se o **agravamento das penas dos crimes cometidos no exercício de funções públicas**, bem como a protecção penal da violação das normas que impendem sobre os altos titulares de cargos públicos, nomeadamente a **aquisição de património injustificado e ilegal**.

Na vida democrática, deve promover-se a **moralização dos partidos**, alargando a estes o âmbito de aplicação dos já previstos crimes eleitorais, nomeadamente a perturbação de assembleia eleitoral, fraude, coacção e corrupção de eleitor.

O CDS deve diferenciar-se pela sua capacidade de conciliar os direitos fundamentais –contra a inversão da presunção de inocência – sem deixar de assegurar uma luta eficaz diante da corrupção e do aproveitamento pessoal do desempenho público.

24. Somos CDS não apenas porque aspiramos a ser melhores mas sobretudo porque queremos ser e somos diferentes

O CDS nasceu para ser diferente, para ser **uma alternativa no panorama partidário português**.

Por isso, não somos apenas “melhoristas”, não queremos apenas fazer melhor do que os outros. Temos um ADN próprio que nos diferencia e reclama uma capacidade diferenciadora.

25. Contra o centrão marchar, marchar

O CDS combateu durante muitos anos uma cultura oligárquica, de distribuição de poderes alternados, entre quem promovia vias de comunicações entre o poder económico, a ocupação do Estado pelos partidos e os tributos políticos.

Esta cultura representa um entrave à economia, uma entropia à eficiência e, acima de tudo, um caldo imoral e inaceitável.



O CDS tem de ser **exemplar no combate** a este estado de coisas. A Direcção e as Bases do nosso Partido têm de ter consciência de que, se voltarmos ao Governo, não podemos voltar fazer o contrário daquilo a que nos propomos. Temos de efectivamente promover a descolocação partidária e clientelar do Estado. Os partidos devem limitar a sua influência à esfera política e nós devemos reivindicar uma mudança profunda a este nível como exemplo mobilizador de toda a Administração. Tal só será possível, dentro e fora do Partido, com uma noção forte de um **sentido de serviço** que é preciso recuperar **na essência do que é público**.

26. O reformismo que se impõe: no Estado como na Segurança Social

No CDS não nos alimentamos de discursos ociosos nem de promessas vãs. A realidade é mais forte do que tudo e é a nossa condição primeira. Por isso, não ignoramos que Portugal precisa de competitividade; a competitividade reclama uma carga tributária mais leve; a receita pública só pode baixar com diminuição dos encargos; a despesa só baixará substancialmente se encararmos uma reforma profunda do Estado e da Segurança Social.

Por isso, só seremos realmente diferentes se tivermos a capacidade de empreender esse caminho. Caso contrário, tornar-nos-emos gestores de percepções e ilusionistas da aparência.

Nenhuma reforma do Estado se empreenderá sem capacidade de dizer a verdade: **o Estado não pode ser o principal motor do emprego e a sua dimensão tem de ser determinada pelo serviço aos utentes e não pela garantia das relações laborais existentes**.

Por outro lado, quanto à Segurança Social, salvo as pensões que têm funções distributivas e sociais, enquanto não criarmos riqueza maior, **as pensões terão de se aproximar gradualmente daquilo que foram os descontos durante a vida activa** com uma actualização razoável e salvaguardando circunstâncias ligadas à idade e à segurança jurídica. Haverá coragem para empreender esse caminho? Terá de haver, percorrendo o custo da explicação, liderando e demonstrando que a ética da sustentabilidade e a solidariedade entre gerações assim o exigem, sob pena de todos aqueles que agora trabalham e procedem aos respectivos descontos para a Segurança Social se depararem com a incapacidade do Estado em assegurar um final de vida condigno.

27. A nossa identidade nunca foi um impedimento ao crescimento; pelo contrário, é aquilo que nos diferencia e potencia o nosso crescimento

O CDS, na sua génese e nos seus estatutos, afirma uma política assente no desenvolvimento da pessoa e numa visão coerente da sociedade. A liberdade, a tolerância, a subsidiariedade e a iniciativa privada são princípios que radicam na sua matriz existencial e como tal devem ser os pilares a partir dos quais se constrói toda a acção política.

A defesa da vida, a promoção da família, o emprego, a economia (social de mercado), a jus-



tiça e a educação devem ter como base o que o Homem é na sua essência.

Nesse sentido, o CDS deverá ser um Partido empenhado na promoção do Homem em todas as suas dimensões.

Uma sociedade, em que a realização humana plena é o objectivo último, é certamente uma sociedade preocupada com a justiça, com a educação, com a economia, com o bem-estar e com a qualidade de vida.

O pragmatismo necessário à acção política não pode tornar o Partido naquilo que não é, sob pena de afastar de si a base eleitoral que sempre foi a sua e ainda é conservadora e humanista.

Importa, pois, voltar a afirmar os valores que nos fundaram. E, neste sentido, o CDS não deve ter hesitações: somos **a favor da vida** e defendemos a sua dimensão inesgotável e única e que é indisponível. Somos contra a eutanásia ou quaisquer outras formas de terminar a vida, incluindo a intra-uterina, apenas por força da vontade. Existem muitas medidas concretas para serem tomadas em defesa da vida; por exemplo, é preciso garantir uma **rede nacional de apoio** a todas as mulheres que, não obstante a sua condição de grande fragilidade e desproteção, pretendem levar por diante a sua gravidez; é preciso criar uma verdadeira **rede de cuidados paliativos** a nível nacional, garantindo deste modo a todos aqueles que se encontrem no fim da vida uma verdadeira “vida assistida” em lugar de se promover um “suicídio assistido” (eutanásia).

Reafirmamos a **importância da instituição familiar**, que nasce do casamento, que é uma união duradoura de pessoas na complementaridade sexual. Promovemos a não discriminação em razão do que quer que seja, incluindo da orientação sexual.

Afirmamos o **mérito das instâncias intermédias**, associativas ou administrativas, que devem ser encorajadas na sua liberdade criativa.

Não acreditamos no CDS que o Homem possa ser transformado por decreto.

Todas as tentativas de imposição de “Homens Novos” no séc. XX, de direita ou de esquerda, falharam rotundamente e de forma trágica em alguns casos.

Há pois que lutar contra isso. E essa é também a nossa luta.

Este posicionamento não é um obstáculo ao nosso crescimento. Pelo contrário, é aquilo que sustenta e dá sentido ao peso e representatividade que visamos.

28. Que resposta na Europa? Ai Portugal, Portugal...

A Europa está diante de um grande impasse. Fizemos a última campanha para o Parlamento Europeu ao lado do PSD. Nessa altura, a ideia chave que se retirava do programa eleitoral era o aprofundamento do projecto europeu.

O CDS nasceu sob a bandeira do empenho no projecto político europeu. Depois disso, já



fomos euro-cépticos e também euro-confiantes.

Actualmente, é difícil ter um discurso coerente e estruturado diante do futuro da União Europeia. Por um lado, reconhecemos que a Europa tem uma herança comum que se materializou num projecto político de sucesso com mais de 60 anos de paz e de prosperidade. Mais, acreditamos que essa herança comum – que remonta às origens da nossa civilização - tem um desígnio próprio e insubstituível no mundo global em que vivemos.

Por outro lado, vemos com desconfiança uma crescente dimensão burocrática de um projecto político que se tem vindo a afirmar longe da legitimidade democrática e que se sobrepõe frequentemente à mais elementar ponderação de subsidiariedade. Na verdade, as instâncias europeias exibem demasiadas vezes uma voragem de decidir tudo ao ínfimo pormenor (a já apelidada “bulimia regulamentar”) e confiando cada vez menos nas instâncias, nacionais e locais, que estão em melhores condições de avaliação. Pior, no processo ditado a partir de Bruxelas não conseguimos perceber e muito menos escrutinar, a visão e os valores daquilo que é ditado pelo ímpeto centralista. O futuro da União Europeia tem de se encontrar com a cidadania, com a pertença a uma civilização de valores, que seja escrutinada. O projecto político europeu tem de ser rejuvenescido e desafiado. Qualquer aprofundamento deve ser referendado para reforçar a sua legitimidade.

O CDS não tem dado suficiente atenção aos problemas que o aprofundamento do projecto europeu nos traz em termos de consequências institucionais e de horizonte político. É preciso, pois, afirmar a aspiração de que, por ocasião dos 50 anos da CEE, que se comemoram no próximo ano, estructuremos, através do Gabinete de Estudos e do debate no Conselho Nacional e próximo Congresso, **uma visão que concilie a nossa pertença europeia e um dos projectos políticos mais antigos da Europa: o projecto da nossa nacionalidade soberana**. Diga-se com clareza: o projecto europeu, com todos os seus méritos (e deméritos), não pode eliminar a nossa Pátria.

Ora, neste aspecto, as últimas décadas são desanimadoras: não se vislumbra sequer uma estratégia tendente ao fortalecimento do nosso país. Infelizmente, os exemplos disso mesmo poderiam ser longamente elencados, seja na área económica (onde em sectores chaves se devia privilegiar a concessão em alternativa à alienação dos activos), seja na área das reservas alimentares e energéticas, seja mesmo num indiscutível pilar de soberania, como as Forças Armadas, onde se verifica um enorme descontentamento e uma preocupante falta de capacidade operacional.

Urge reflectir, definir acções concretas e procurar articulá-las com outros partidos com assento parlamentar, para não continuarmos neste caminho ambíguo ou de “zigzague”, que tanto nos tem prejudicado. Em nome do interesse nacional, o CDS deve estar **disponível para grandes compromissos em áreas estratégicas** e que devem estar acima do combate partidário.



29. O desafio da crise dos refugiados: fortalecer a segurança para não pôr em causa a solidariedade

A crise dos refugiados já é considerado o maior teste à sobrevivência da Europa. Não é moralmente possível um continente sobreviver à violência das imagens de crianças mortas à nossa porta.

A este propósito, tem-se contraposto a solidariedade ao desejo de segurança.

O CDS deve recusar uma visão desumana e mesmo atroz diante do sofrimento alheio e das injustiças que a grande maioria destes que nos procuram são alvo nos seus países de origem, mas não pode também adoptar uma postura irresponsável.

Devemos ter a coragem de afirmar que a segurança e, conseqüentemente, a liberdade, são o nosso primeiro instinto como condição de existência, logo, também da solidariedade. Para salvaguarda de todos, incluindo de quem nos procura, devem ser **asseguradas condições de organização e segurança que estructurem a nossa abertura.**

Para além do esforço nos locais de origem, à chegada devem ser identificados todos os que nos procuram. Em segundo lugar, devem ser pensados sistemas de vigilância de proximidade, de modo a impedir o aproveitamento por redes de tráfico dos imigrantes vulneráveis, bem como a sua fuga ao sistema de acolhimento.

30. A pertença lusófona

A língua portuguesa não é apenas um código técnico de comunicação. É uma pertença a uma comunidade de afinidades, de história e de valores. Uma pertença que tem expressão económica, mas que vai muito para além disso. Somos a quarta língua mais falada no mundo com uma comunidade de 261 milhões de pessoas, a primeira do Hemisfério Sul. Somos a terceira língua na rede social do Facebook e a que ali teve um maior crescimento entre 2010 e 2012 (de 6 milhões para cerca de dez vezes mais).

A nossa língua é factor de identidade e de integração não só do Povo português, mas dos nacionais de mais sete países no mundo que constituem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A língua portuguesa é o laço mais duradouro que mantemos com a história e continua a ser um veículo privilegiado de amizade e afecto multinacional.

O facto de sermos membros de uma comunidade linguística multinacional diz-nos que Portugal é um destino de pertença aberto, onde o cruzamento de gentes, culturas e modos de vida sempre foi acompanhado de bom acolhimento e boa integração.

A promoção e a defesa da língua, quer junto dos nacionais, em especial dos mais jovens e dos que vivem fora do País, quer no mundo lusófono, quer ainda junto dos estrangeiros que



a queiram aprender, deve constituir uma prioridade política nacional.

Neste quadro, assume particular importância o serviço público em todo o espaço lusófono dos canais internacionais da RTP, que devem ser salvaguardados e valorizados.



CONCLUSÃO

O CDS é provavelmente o Partido da democracia portuguesa com o processo de crescimento mais marcado por rupturas e feridas entre as diferentes lideranças. Prova disso é o facto de três antigos Presidentes e vários Fundadores terem saído do Partido e abraçado outros projectos políticos.

Pela primeira vez na nossa história temos a oportunidade de crescer sem excluir, aprendendo a somar com todos aqueles que no passado ajudaram a reforçar o nosso espaço político.

A ideia da valorização da nossa **memória** institucional não pode, porém, sacrificar aquilo que é mais desejado pelos eleitores: uma vontade de **mudança** e de diferenciação face às escolhas existentes.

Para tal temos de afirmar as nossas ideias com resiliência, com combatividade, com consistência e sem nunca perder a nossa dimensão popular. É pelas pessoas que somos e é diante dos seus problemas que temos de apresentar as melhores soluções.

Se o CDS for capaz disso – e nós acreditamos que é capaz – estaremos certamente à altura de contribuir para a afirmação de uma nova **maioria** que sirva Portugal e os portugueses.

Este é o nosso propósito. Esta é a nossa visão.



Sumário Executivo:

1. No momento, em que concluímos um mandato de Legislatura com responsabilidades governativas, não podemos deixar de olhar para trás e de fazer um exercício sério de distanciamento crítico;
2. Se, no essencial, afirmamos o mérito do percurso passado não podemos deixar de reconhecer que **podíamos ter ido mais além**:
 - i. No Estado e na Segurança Social não fomos suficientemente reformistas;
 - ii. No panorama empresarial, sobretudo naquelas grandes empresas de dimensão global, e no sector bancário o panorama é desolador e não podemos lavar disso as mãos;
 - iii. Não promovemos suficientemente as garantias dos contribuintes;
 - iv. Não nos diferenciámos nas colocações partidárias.
3. No actual momento de afirmação de uma nova liderança, todos reconhecemos que é preciso mais do que a mera continuidade com o “portismo”. **É preciso mudar**;
4. Propomos um ímpeto de convocatória. Promover uma grande **Convenção Política** no início de 2017, que marque o reagrupamento (rassemblement) do Partido. No 40º ano do nosso voto contra a Constituição, empreenderíamos a avaliação constitucional em vista da refundação positiva do nosso regime;
5. No novo ciclo de mudança deve **privilegiar-se a implantação local do Partido** e na capacidade de dinamização da **filiação de base**. É isso que pode dar vitórias eleitorais autárquicas (como as que tivemos há três anos) e não o centrar das atenções em figuras da Direcção do Partido, que acentuam um modelo excessivamente centralista que deve ser contrariado;
6. A quota da Direcção nacional nas escolhas de Deputado também deve ser diminuída, nomeadamente nas circunscrições onde elegemos mais Deputados;
7. Propomos também que haja uma maior aposta no **Gabinete de Estudos** e que se assumam simultaneamente o modelo do **Governo sombra** – a maior articulação entre conhecimento e intervenção política certamente contribuirá para a afirmação do CDS como alternativa credível no espectro partidário;
8. Devemos, pois, aprofundar o esforço para sermos reconhecidos como a melhor opção dos eleitores que querem viver melhor em Portugal;
9. Mas para ganharmos as próximas eleições, temos de ser melhores, sim, mas temos de ser sobretudo diferentes dos outros partidos. **Não basta ser melhor, é preciso ser diferente**;- No final do dia, o que importa é avaliar se contribuimos para a diminuição do desemprego, para arrancar mais pessoas ao sofrimento e à vulnerabilidade, sem sentimentalismos,



mas com a implementação de políticas eficazes, confiando primordialmente em quem está no terreno;

10. Assiste-se hoje a uma **falsa dicotomia** entre políticas favoráveis às pessoas (que o actual Governo protagonizaria) e a protecção das empresas (de que somos “acusados”). Sem empresas fortes e sem capacidade de gerar riqueza, não criamos empregos nem sequer temos condições para financiar um Estado social;
11. Importa, pois, afirmar um contexto livre e concorrencial da actividade económica, retomar a previsibilidade fiscal, a sinalização do abaixamento de impostos para as empresas e para o investimento, em suma a **afirmar o País como amigo do investimento, da nova economia e da criação de emprego**;
12. O Estado deve circunscrever a sua pertença no mercado bancário à **Caixa Geral de Depósitos que não deve ser privatizada**;
13. Na dinamização do sector bancário, deve encorajar-se o **surgimento de pequenos bancos nacionais** – bancos de proximidade local ou os chamados bancos de comunidade (cooperativos e privados);
14. As **classes médias** exigem um cuidado redobrado e neste âmbito defendemos a políticas fiscais que promovam a diminuição gradual da tributação do rendimento e sua compensação em impostos indirectos sobre o consumo e em prestações contributivas, em que se acentue o seu carácter progressivo;
15. Deve ser empreendida uma **reforma do sistema político** assente no reforço da proporcionalidade – o que é alcançado através de um círculo nacional de compensação – e de uma real aproximação de eleitos e eleitores – por exp., através do sistema de voto preferencial – e em que o voto em branco também tenha consequências ao nível dos mandatos atribuídos ou das subvenções políticas;
16. Temos de demonstrar empenho no **combate à corrupção** e neste âmbito propomos o agravamento da penalização dos crimes cometidos no exercício de funções públicas, bem como a penalização da violação das normas que impendem sobre os altos titulares de cargos públicos, nomeadamente a aquisição de património injustificado e ilegal;
17. **A dimensão do Estado tem de ser repensada e as pensões terão de se aproximar gradualmente daquilo que foram os descontos durante a vida activa** com uma actualização razoável e salvaguardando circunstância ligas à idade e à segurança jurídica;
18. **A identidade do CDS como partido personalista cristão** nunca foi um impedimento seu crescimento; pelo contrário, é também aquilo que nos diferencia e potencia o nosso crescimento;
19. Propomos muita clareza nas questões fracturantes em que sabemos bem de que lado estamos;



20. Devemos advogar a criação de uma **rede nacional de apoio** a todas as mulheres que pretendem levar por diante a sua gravidez; e criar uma verdadeira **rede de cuidados paliativos** a nível nacional, garantindo deste modo a todos aqueles que se encontrem no fim da vida uma verdadeira “vida assistida” em lugar de se promover um “suicídio assistido” (eutanásia);
21. No domínio europeu, vemos com desconfiança uma crescente dimensão burocrática do projecto político que se tem vindo a afirmar longe da legitimidade democrática e que se sobrepõe frequentemente à mais elementar ponderação de subsidiariedade, desvalorizando para além do razoável o papel das instâncias nacionais e locais;
22. O projecto europeu, com todos os seus méritos (e deméritos), não pode eliminar a nossa Pátria nem a afirmação de uma estratégia nacional;
23. O CDS deve estar **disponível para grandes compromissos em áreas estratégicas** e que devem estar acima do combate partidário;
24. A crise dos refugiados já é considerado o maior teste à sobrevivência da Europa. Não é moralmente possível um continente sobreviver à violência das imagens de crianças mortas à nossa porta;
25. Não obstante, a segurança e, conseqüentemente, a liberdade, são o nosso primeiro instinto como condição de existência, logo, também da solidariedade. Devem ser **asseguradas condições de organização e de segurança que estructurem a nossa abertura aos refugiados**;
26. Deve ser salvaguardado e valorizado o serviço público em todo o espaço lusófono dos canais internacionais da RTP.